



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA  
NATUREZA  
POLO MEDICILÂNDIA**

**FRANCISCLEIDE SANTOS LIMA**

**CASA FAMILIAR RURAL DE MEDICILÂNDIA: POSSIBILIDADES E LIMITES NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

Medicilândia/PA  
2020

**FRANCISCLEIDE SANTOS LIMA**

**CASA FAMILIAR RURAL DE MEDICILÂNDIA: POSSIBILIDADES E LIMITES NA  
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial com a finalidade de obtenção do grau de Licenciada Plena em Educação do Campo: Ciências da Natureza, sob a orientação do prof. Dr. Mário José Henchen.

Medicilândia/PA  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

LIMA, FRANCISCLEIDE SANTOS  
CASA FAMILIAR RURAL DE MEDICILÂNDIA :  
POSSIBILIDADES E LIMITES NA IMPLANTAÇÃO DO  
PROJETO / FRANCISCLEIDE SANTOS LIMA. — 2020. 13 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Mário José Henchen  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de  
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade  
Federal do Pará, Altamira, 2020.

1. Casa Familiar Rural. 2. parcerias. 3. recursos financeiros.  
I. Título.

CDD 370

---

## **CASA FAMILIAR RURAL DE MEDICILÂNDIA: POSSIBILIDADES E LIMITES NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

**Franciscleide Santos Lima<sup>1</sup>**  
**franciscleide2016@gmail.com**

**Mário José Henchen<sup>2</sup>**  
**henchen@ufpa.br**

### **Resumo.**

Neste artigo/ensaio analisa-se os motivos pelos quais foi tomada a decisão que resultou no fechamento da escola Casa Familiar Rural, do município de Medicilândia, estado do Pará, bem como os desafios enfrentados desde a sua abertura até o seu fechamento, assim como o legado sócio cultural que a mesma “deixou” para o campesinato local, dentre outras questões. Desta forma, tomo por base a análise de informações acerca do processo educativo que este modelo de educação denominado pedagogia da alternância trouxe para o interior do município e região, a partir da implementação da primeira turma de CFR na região, destacada na condição de experiência piloto a época de sua implementação. Portanto, a partir de questionários/roteiros de entrevistas realizadas tanto com os pais de alunos, tanto quanto com funcionários, educadores e entidades que contribuíram na formação desta instituição, buscamos informações que tinham por objetivo esclarecer o/ou motivos pelos quais deu-se a suspensão ou encerramento de suas atividades, na tentativa de encontrar elementos substanciais que levaram aos resultados apresentados nesse artigo.

**Palavras chave:** Casa Familiar Rural, parcerias, recursos financeiros.

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do Curso em Licenciatura de Educação do Campo, da Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará-UFPA Campus Universitário de Altamira, polo de Medicilândia.

<sup>2</sup> Professor Dr. do Curso de Educação do Campo, da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário da UFPA, Altamira.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO. ....	6
2. O SURGIMENTO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS NO BRASIL. ....	7
2.1 A implantação da casa familiar rural no município de Medicilândia. ....	9
2.2. O funcionamento da casa familiar rural de Medicilândia. ....	10
2.3. A percepção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medicilândia acerca da casa familiar rural local. ....	11
2.4. Parcerias e recursos financeiros. ....	12
2.5. Situação atual da casa familiar rural de Medicilândia. ....	13
2.6 A casa familiar rural e o campesinato local. ....	15
3. CONSIDERAÇÕES GERAIS. ....	17
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	18

## 1. INTRODUÇÃO.

A Casa Familiar Rural (CFR), localizada no município de Medicilândia, no Oeste do estado do Pará, surgiu de uma luta histórica dos camponeses da região, luta esta efetivada, particularmente, a partir de meados da década de 1990, tornando-se assim, esta, um instrumento na condição de resultado da luta social, como mostram os elementos discutidos nesta pesquisa, que apresentaremos logo a seguir. A pesquisa, portanto, constituiu-se a partir da necessidade de compreender o processo da constituição, de sua implementação, trajetória, das relações a partir das quais a mesma ganhou existência, bem como dos desdobramentos da organização e negociação de parcerias visando seu funcionamento, além dos elementos que concorreram ou influenciaram para o encerramento ou suspensão temporária de suas atividades no momento atual.

Desta forma, desde o primeiro relatório de tempo comunidade, no qual analiso aspectos relativos a referida temática, estive em contato com questões ou fatos que me identificaram com o meu lugar de origem, com suas problemáticas, e, a partir deles, surgiu a necessidade de analisar esta experiência ou projeto de escola, pois que o seu fechamento causou enorme estranheza na população local. Assim, busco interpretar de forma mais efetiva e eficaz, questões a ela referentes. Esta CFR, outrora foi um espaço educativo muito importante para o município, pois que nela foi possível ver muitos filhos de agricultores realizarem seus sonhos de estudar em uma escola, ter uma formação técnica em agricultura familiar, e não precisarem, para isso, necessariamente, abandonarem seus lotes de origem, notadamente, localizados nas vicinias do município, isto é, no campo.

Essa, ao que tudo indica, foi uma experiência sócio educativa que por aproximadamente duas décadas se constituiu de forma eficaz. Portanto, fez-se necessário um esforço de pesquisa para tentar encontrar indícios relevantes que apontassem na direção dos motivos que impediram, ou, se constituíram em limitações para que este projeto continuasse avançando. Enquanto a CFR esteve em funcionamento ofereceu a sua contribuição social, cultural e política as famílias do campesinato local, e, a partir disso, a comunidade na qual esta se encontrava localizada, a agrovila do km 100 Norte, teve assegurada sua visibilidade social no cenário municipal, regional e nacional.

Nesse sentido, procurei identificar, através de entrevistas, cujas questões são aqui discutidas, analisadas no corpo deste trabalho, os motivos que, segundo os atores que participaram de sua constituição, levaram a suspensão ou encerramento das atividades desta

escola agrícola camponesa, e com essa preocupação, buscar junto aos sujeitos que contribuíram na formação desta escola, (sindicato, associações, movimentos sociais e igreja católica), bem como pais de ex-alunos(as), professores e funcionários que ajudaram a construir essa trajetória, informações relevantes que pudessem contribuir para a interpretação desta situação, considerando-se, ainda o fato de que, por força de lei, é proibido o fechamento de escolas do campo.

Dentre estes dispositivos legais está a Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo, como os conselhos municipais de educação, as oitivas a comunidade local, como parte das prerrogativas necessárias, que devem ser efetivadas, antes da conclusão do processo de fechamento de escolas do campo. Esta lei, portanto, foi desconsiderada, pois que esta CFR, ao que tudo indica, poderia continuar oferecendo sua contribuição ao município e contribuindo com os filhos dos camponeses no percurso de sua formação e, conseqüentemente, favorecendo ou contribuindo com a permanência destes em seus lotes.

## **2. O SURGIMENTO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS NO BRASIL.**

O modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro, segundo Silva (2010, p. 35), foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, desde o ano de 1.500 até o início do século XXI, serviu e serve para atender as elites do Brasil agrário. Neste sentido, acreditou-se, e, em grande medida ainda se acredita que mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisam aprender a ler e a escrever, visto que para se realizar a maioria das atividades agrícolas não se faz necessário o letramento.

Essa visão nos remete a uma percepção ultrapassada, hoje sabemos que esses mesmos sujeitos, (mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais), conquistaram seus espaços, e entende-se por espaço, direitos constituídos, como no acesso à educação, aposentadoria, saúde, dentre outros, através de muitas lutas, de organizações e, principalmente, por estarem inseridos em processos de educação informal e também escolarizada.

Sendo assim, as CFR e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são oriundas de um conjunto de lutas implementadas no campo dos enfrentamentos políticos dos movimentos sociais do campo. Tais experiências sócio formativas ou educativas, de acordo com Bentes e Colares (2016, p 268.), tem por base o princípio de que, parte do processo de formação se dá através da participação neste mesmo conjunto de lutas, nestas experiências do cotidiano de

trabalho familiar camponês e/ou da organização coletiva nas quais estas famílias participam. Tais experiências, acredita-se, são socializadas para que os jovens do campo possam ter acesso à uma educação que os remeta as suas experiências de vida, não obedecendo, necessariamente, ao modelo urbanocêntrico, que se pretende universal.

Neste sentido, deve-se destacar o fato de que modelos sócio educativos vigentes e que se pretendem universais se afirmam a partir da premissa da uniformização dos saberes, e, com isso deixam na invisibilidade ou mesmo excluem como condição de possibilidade todas as experiências educativas que não se enquadram em tais aspectos.

Por outro lado, o projeto educacional das CFR que emergiu na Europa por volta de 1935, precisamente na França, e de EFA, na Itália, foi iniciado com a participação das famílias de agricultores camponeses, juntando forças com entidades católicas e tinha por objetivo central oferecer uma educação transformadora, fora dos padrões tradicionais educativos. Essa experiência, segundo os autores referidos a pouco, se intitulou Pedagogia da Alternância. Nascia ali um projeto pedagógico diferenciado, no qual teoria e prática seriam as bases para uma formação educativa interagindo com os sujeitos do campo, com vistas a impulsionar sua transformação social e suas ações políticas, já que não mais se tratava de força-los a sair do campo para continuar inseridos em processos educacionais.

Partindo dessas questões fica evidente o fato de que para se estabelecer um modelo de educação, faz-se necessário um envolvimento, tanto da instituição escolar quanto das famílias camponesas e de entidades as quais estas se encontram inseridas, ou mesmo a contribuição de outros grupos organizados. Desta forma, as experiências nomeadas como desenvolvidas “fora dos padrões tradicionais”, nos remetem a ideia de outras formas de aprendizado, contextualizadas com o cotidiano dos jovens agricultores, sem comprometer o acesso ao conteúdo anteriormente desenvolvido, a partir do modelo formal de educação. Com isso queremos deixar claro que não se trata de desprezar ou mesmo excluir os conteúdos produzidos pelas escolas convencionais, mas, objetivamente, que se faz necessário ressignificá-los para que possam ser inseridos nos processos de aprendizagem nas CFR.

A Pedagogia da Alternância, acredita-se, permite aos jovens agricultores, incorporar um aprendizado substantivo que se constitui a partir deste modelo educativo que se dá com base nas experiências desenvolvidas nas suas propriedades camponesas. Neste sentido, Brandão (1983, p 26), já alertava para o fato de que não aprendemos isoladamente, que é preciso interação e socialização para qualquer aprendizado, pois, destaca ele, nenhum agente pedagógico e nenhuma prática social isolada, quer seja de famílias, escolas, igrejas, etc., são em si mesmas responsáveis únicas por qualquer modalidade de trabalho de socialização.

## **2.1 A implantação da casa familiar rural no município de Medicilândia.**

A CFR, foi implantada no município de Medicilândia no ano de 1994, e, de acordo com um de nossos entrevistados, seu Marcos, que presidiu a mesma, ele e mais quatro pessoas, monitores da época, foram à França visitar o modelo de CFR, que funcionava por lá. Na França a experiência havia iniciado em 19 de abril de 1985, e no estado de Santa Catarina, na divisa com o Paraná, uma que entrou em funcionamento na primeira experiência brasileira em 1989. O projeto dessas casas aí implantadas fez uma grande diferença na vida das famílias camponesas locais. Nosso entrevistado assegura que perceberam que esse projeto poderia também funcionar no Brasil, na região da Transamazônica. Nesta fase de implantação das CFR para as famílias camponesas do estado de Santa Catarina houve, segundo este, o início de uma revolução tecnológica, nascendo aí uma microempresa camponesa, na qual as CFRs e os alunos, juntamente com suas famílias aproveitavam 100% os produtos produzidos na casa. Um exemplo desse empreendimento era a venda de suínos e seus derivados, como linguiça e salame, que depois de vendido era repartido igualmente entre as partes.

Esse empreendimento gerou renda e ajudou muitas famílias, diante do negócio em andamento vendiam para o comércio local, tudo isso se deu pelas práticas de ensino desenvolvidas pelas CFRs. De acordo com nosso entrevistado, a partir dessas práticas em conjunto, houve uma aproximação entre a CFR e as famílias camponesas.

O entrevistado assegura que visitaram também vários lugares nos quais funcionavam esta proposta de ensino. Portanto, a partir desse modelo puderam conduzir a implantação da CFR de Medicilândia, e, mesmo assim, destaca que não foi uma tarefa fácil, pois que, tiveram que realizar visitas nos lotes dos agricultores, reuni-los e falar do projeto, do modelo da casa, e convencer os jovens filhos desses agricultores a aderirem a esse novo modelo educacional

Assim, após essa articulação, a CFR viria a funcionar no dia 13 de março de 1996. Para isso, no entanto, destaca ele, foi preciso ir em busca de parcerias. Depois que a casa estava sendo organizada, viram estes a necessidade de se formar uma associação de pais. Em março de 1995, foi criada a Associação de Pais da CRF de Medicilândia. Em sequência, se iniciou a construção das parcerias no projeto com organização governamentais, municipais, estaduais e federais e entidades populares, além de organismos institucionais, notadamente a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Fundação Viver, Produzir e

Preservar (FVPP), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medicilândia (STTR), e igreja católica local.

Diante desta proposta a CFR, começou a ter um rosto, a ter visibilidade, e foi se expandindo por outros municípios vizinhos, cada um com suas peculiaridades, como destaca um documento interno da FVPP (2012, p. 13), no qual afirma-se que isso oportunizou aos filhos dos agricultores e suas famílias da nossa região, essa formação profissional, essa educação camponesa, que mais tarde assumiria contornos políticos, pois a terra ao ser adquirida ganha uma visão de território, logo, se levanta a questão de ela ser defendida e o conhecimento escolar é fundamental para esse acontecimento,

Sendo assim, destaca ainda o referido documento que o projeto de educação camponesa, por meio de criação de CRF foi robustecido com o projeto “consolidação da agricultura familiar e contenção dos desmatamentos na Transamazônica e Xingu”, com o aporte de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de instalações e equipamentos de CRF em 12 municípios da região. Podemos entender que tudo isso se constituiu em função de os filhos dos agricultores terem uma oportunidade de educação adequada ao seu modo de vida. Portanto, a CFR de Medicilândia embasou o seu trabalho pedagógico como contraponto ao modelo ou a história da educação brasileira, assim como outras CFRs de outros lugares, buscou metodologias, alternativas e parcerias que ajudassem no funcionamento da mesma.

Analisando as trajetórias sócio educacionais no plano da história brasileira, a partir da visão de Gonçalves, Rocha e Nascimento (2010, p. 67), e ainda Brandão (1995, p. 26), percebe-se que a diferença entre estes modelos alternativos e que, portanto, resguardam certa autonomia na forma de se pensar a educação vem perdendo espaço ao longo dos séculos para o ensino formal. Considerando-se que a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender. O ensino formal se constitui, segundo estes, no momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), e, com isso, cria situações próprias para o seu exercício, produz os métodos, estabelece suas regras e tempo e constitui executores especializados. É quando aparece a escola, o aluno e o professor.

## **2.2. O funcionamento da casa familiar rural de Medicilândia.**

A CFR do município de Medicilândia, tinha, no momento inicial de sua implantação, como objetivo central formar jovens camponeses na modalidade de ensino fundamental maior (5ª a 8ª série) da educação básica, objetivando a profissionalização desses jovens na área da agricultura, pecuária e noções de cooperativismo e associativismo, como afirma Meneses (2010, p. 26), e já nos seus últimos anos de funcionamento, ampliou a referida oferta incorporando o ensino médio.

É relevante dizer que estes alunos, ao ingressarem na CRF, dispunham de disciplinas ou conteúdos programáticos voltados tanto para a agricultura familiar como para o ensino formal. E que esses jovens ao passarem 15 dias estudando internos, passariam mais 15 dias em seus lotes, para aplicarem o aprendizado que receberam na casa, desenvolvendo microprojetos agrícolas familiares.

Porém, para podermos entender melhor tal dinâmica de um projeto de ensino aprendizagem que alternava aulas em um espaço formalizado com aprendizado em situações de aprendizado não formais, foi necessário realizar entrevistas com ex-alunos da casa, que forneceram informações importante e que dizem respeito as suas trajetórias de escolarização. Neste sentido, Luiz, um ex-aluno da quarta turma da CFR destaca o fato de que:

... o estudo da CRF, foi algo positivo em minha vida, pois nasci na roça, e esse estudo foi tudo o que eu precisava. Não precisei sair da roça para estudar e apliquei os meus conhecimentos da CRF na minha propriedade, tinha apenas a 5ª série incompleta, e na casa completei o fundamental maior. Cresci tanto como pessoa, que terminei no meu último ano na casa em 2008 como vice-presidente nomeado pela própria presidente, e depois assumindo a presidência quando a presidente teve que renunciar, tudo isso foi atribuído pelo meu bom comportamento e entendimento de todo processo de funcionamento da casa.

A CRF, dentro dessa modalidade levou muitos jovens a ajudarem seus familiares na composição da renda familiar, e, por conseguinte, melhorar a agricultura familiar levando outras bases de conhecimentos técnicos até suas propriedades camponesas e/ou socializando parte deste conhecimento adquirido com seus vizinhos mais próximos.

### **2.3. A percepção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medicilândia acerca da casa familiar rural local.**

O presidente atual do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Medicilândia, seu Freitas, em virtude da suspensão das atividades da C.F.R. diz encontrar-se em situação delicada, pois, segundo seus representantes, a casa passa hoje por um momento turbulento, tanto na questão de infraestrutura, quanto pela gestão, pois

atualmente este se encontra com a responsabilidade pelo funcionamento da mesma, e, para efetivar tal propósito necessitam de parcerias e recursos financeiros, principalmente, para que a CRF venha a ser reaberta novamente. Segundo este:

... o sindicato representa o tripé dessa modalidade educacional, CRF-Associação de Pais e Sindicato. Lamentavelmente, o sindicato hoje passa a impressão de falta de competência, gerando assim um ponto negativo. Hoje corremos o risco de perder o patrimônio, o prédio, tudo pela falta de uma gestão comprometida. Não conseguimos, no momento, apontar soluções para esta causa, o que seria possível fazer ainda seria reunir os associados e refazer o estatuto da CRF, convocando uma assembleia e ver novas propostas. Porém, a nossa perspectiva afinal, seria possibilitar a disponibilização do prédio para a secretaria de educação usar o espaço para cursos técnicos.

É possível identificar, a partir da entrevista com o gestor da entidade representativa dos camponeses locais que o sindicato teve sua participação positiva, quando a CFR ainda funcionava, e que suas contribuições foram importantes para os filhos dos agricultores que nela ingressaram. De certa forma a casa servia também como segunda via, pois quando não dava certo ir pelo ensino formal, então a CRF, se apresentava como uma solução, e ao que tudo indica se considerarmos os depoimentos de alguns ex-alunos podemos constatar nessa pesquisa que foi uma decisão acertada a entrada destes nesta modalidade de ensino.

#### **2.4. Parcerias e recursos financeiros.**

A CFR, no seu processo de implantação necessitou de parcerias e de recursos financeiros que pudessem subsidiá-la, no sentido da garantia de seu funcionamento, considerando-se o fato de que esse novo modelo de educação que a CRF implementava não contava com aporte financeiro vindo do Estado, por constituir-se na condição de proposta alternativa, as desenvolvidas e custeadas por este mesmo Estado. Assim sendo, foi necessária a colaboração dos associados da mesma, foi preciso buscar outros colaboradores, de acordo com a entrevista com o ex-presidente.

Destaca ele ainda que a ARCAFAR, teve uma participação primordial nesse momento, ele destaca que os franceses Pierre e Dominique, formadores na Pedagogia da Alternância, foram pessoas que se interessavam pelo projeto e queriam desenvolver melhor essa atuação buscando recursos financeiros através de parcerias estrangeiras e locais para que o projeto fosse exitoso. Portanto, para começar, após o projeto iniciado, a CEPLAC cedeu o espaço para a construção do prédio, onde seria estruturada a escola e/ou mesmo a cessão de estrutura já construída no local de funcionamento desta; o BNDES, que se constitui na condição de um banco público voltado para o financiamento de empresas, máquinas e equipamentos, ofereceu

aporte para a construção da mesma, e depois houve uma negociação entre a CFR e a SEMED, para o fornecimento de gás de cozinha e carne, a FVPP contribuía no pagamento de alguns monitores, o LAET também ajudava na questão financeira, e por fim os pais ajudavam na alimentação e davam uma pequena contribuição em dinheiro, visando cobrir gastos relativos as despesas com alimentação, material didático e despesas gerais.

O ex-presidente entrevistado, reforça ainda o fato de que, o apoio recebido da CEPLAC, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da SEMED, não era entendido como uma obrigação, porém eles ajudavam como podiam mediante situação do momento. Entende-se, neste caso, que essa ação conjunta permitia o bom funcionamento da casa, mas os desafios continuavam enormes, pois a consolidação da experiência exigia que a CFR, tivesse uma equipe gestora competente para garantir o andamento do projeto. Essa fragilidade de uma parceria provisória pode ter contribuído para gerar situações limitantes em função da instabilidade da mesma no desenvolvimento do projeto se considerarmos a trajetória de longo prazo.

## **2.5. Situação atual da casa familiar rural de Medicilândia.**

A CFR de Medicilândia hoje, de acordo com as informações analisadas no percurso da pesquisa, considerando-se aspectos ligados a sua infraestrutura física, está em situação de abandono, uma vez que a última gestão da casa provavelmente, não conseguiu levar a bom termo a administração, não conseguiu a reabertura da mesma. Verificou-se que são vários os fatores que apontam para essa situação. Um destes fatores diz respeito especificamente a falta de parcerias e recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades sócio educacionais, pois, até o momento atual, o Estado não assume esta modalidade de ensino, não se responsabilizando em conseguir um aporte financeiro anual, o que poderia assegurar a viabilidade de seu funcionamento.

Por outro lado, como a CFR funcionou por muitos anos em uma infraestrutura cedida pela CEPLAC, mas que se encontra atualmente completamente deteriorada, seria necessário um aporte financeiro para garantir a recuperação de tais instalações ou mesmo a construção de novas estruturas. Percebe-se, mesmo que sem um conhecimento qualificado sobre arquitetura que as casas cedidas pela CEPLAC, e que serviam durante mais de uma década como dormitório para os meninos e meninas que estavam na condição de alunos (as), como biblioteca, salas de aulas, depósitos, etc., estão gravemente danificadas, algumas mesmo sem condições de serem recuperadas.

Deve-se considerar ainda o fato de que os equipamentos tecnológicos existentes, tais como computadores, impressoras, dentre outros, em função do abandono das instalações, da ausência de vigilantes, foram saqueados. Armários, beliches, lençóis, mesas e outros materiais, praticamente não existem mais. E, de acordo com informações de alguns entrevistados, os veículos que serviram a casa e que foram adquiridos no interior das parcerias, hoje, ou estão cedidos a terceiros ou estão sem condições de recuperação, para que possam voltar ao uso.

Somente uma reconstrução geral, é o que acreditam nossos interlocutores, seria capaz de “buscar” novamente os filhos dos agricultores da região para dentro da CFR; mas, destacam que para isso seria necessário também reformular o estatuto juntamente com a associação de pais, e buscar mais uma vez parceiros e recursos financeiros para iniciar mais uma luta para colocar a CFR novamente em funcionamento.

A CFR, neste caso, ocuparia novamente um lugar social de destaque na conjuntura local pois que representa a vida camponesa, na qual existe concretamente a possibilidade de que o conhecimento seja transmitido dentro desse modelo educacional, que para sua efetivação, envolva um trabalho coletivo e organizado.

Diante dessa situação de abandono da CFR, faz-se necessário compreender a frustração das expectativas criadas no imaginário dos muitos indivíduos ou grupos sociais que, de uma ou de outra forma, contribuíram com o projeto, quando este se encontrava em funcionamento. Um dos ex-caseiros da CFR, seu Moacir, que durante vários anos cuidava de todos os assuntos internos dentro da casa, fez uma apreciação de sua percepção que também representa muito bem o sentimento de frustração de muitos que contribuíram diretamente para a viabilização do projeto e que continuam a recriar a expectativa de sua retomada na atualidade. Segundo este:

... a Casa Familiar era para estar funcionando até hoje, porque ela foi feita com o pensamento de ser dos filhos dos agricultores, ajudar para que eles não saíssem dos lotes, e buscar outras formas de ajudar tanto na agricultura, como para eles próprios, no governo do PT, foi o tempo melhor, que não atrasava o salário, agora dá dó, ver a casa nessa situação, e pensar que um dia já foi tão bom trabalhar lá. Deixei meu suor ali, muitas vezes trabalhei demais, trabalhava de graça, minha família já passou muitas necessidades quando o meu salário atrasava, mas nunca desisti de ver ela funcionando, espero que alguém faça alguma coisa

Assim, é possível perceber que a CFR, nessa atual circunstância em que a mesma se encontra, como foi possível averiguar nesse trabalho de pesquisa, a partir dos indícios levantados no percurso da mesma, precisará passar por mais uma reformulação como já foi apontada pelo presidente do STTR. E, ao que tudo indica, isso não será uma tarefa fácil, Porém, esta escola do campo, segundo este, não deveria continuar fechada, tanto em função

do que a mesma poderá significar como contribuição ao campesinato local e seus projetos de desenvolvimento regional quanto se formos considerar tão somente os dispositivos legais, já que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu artigo 1º destaca que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Sendo assim, a CFR está privada de realizar o que a lei destina a todo cidadão que tem direito a esta educação, esse processo formativo não está acontecendo de fato na prática. Neste sentido, ao menos é o que podemos imaginar se considerarmos as propostas atuais para a educação, que o nosso sistema educacional atual, na condição de órgão de Estado, busca justamente isso: uma desqualificação de todos os processos sócio educativos autônomos, geridos a partir das iniciativas das organizações e movimentos sociais. Assim, ao que tudo indica, para a esfera governamental, quanto mais alienado estiverem os grupos e categorias sociais, quanto mais desenraizados de suas realidades cotidianas, maiores possibilidades de serem abandonados a sua própria sorte, e, quanto mais escolas forem fechadas no campo, mais favorável será a possibilidade de assegurar a continuação dos seculares processos de exploração e de exclusão econômicas das populações camponesas.

## **2.6 A casa familiar rural e o campesinato local.**

O campesinato em toda a sua trajetória apresenta uma série de lutas que foram travadas em oposição ao latifúndio, e, como afirma Moraes (1998, p. 123), é uma categoria de sujeitos do mundo rural que aos poucos emerge para a análise nas ciências sociais não apenas como uma questão agrária, mas, objetivamente, como processos de reconstrução de identidades de populações agrárias. Neste sentido, a CFR representou, no momento do seu funcionamento, para o campesinato local, uma oportunidade de verem seus filhos inseridos no modelo de pedagogia da alternância, modelo este que possibilitava uma formação voltada para a sua realidade local, melhorando assim as técnicas da agricultura familiar, sendo instruídos a partir de situações nas quais pudessem ajudar seus familiares que trabalhavam diretamente nas propriedades, sem que fossem forçados a abandonar suas propriedades para não abrir mão da possibilidade de continuarem estudando.

Por outro lado, o autor destaca que os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem alianças em função destes dois domínios; a memória que guardam de sua

história, e as ambições que têm para o futuro. Nesta perspectiva Marcos, um ex-aluno da 1ª turma da CFR de Medicilândia destaca o fato de que:

... a Casa Familiar Rural foi a melhor coisa que me aconteceu, eu tinha terminado a 5ª série, e não queria estudar mais na cidade, já tinha até desistido, foi quando conheci o projeto da pedagogia da alternância e resolvi encarar, foi uma oportunidade de ouro, pois ela se localizava perto da minha casa, ao contrário da cidade. E foi lá que eu aprendi tudo o que precisava para ajudar meus pais no lote, inclusive aprendi como manejar melhor o gado, que era um dos meus temas favoritos, e também trabalhar com enxertia, e os professores da minha época eram muito bons.

Se tomarmos alguns elementos da percepção do aluno recém referido, podemos destacar que o projeto da casa significou a inclusão ou o retorno ao sistema de ensino, que, para os filhos dos camponeses locais, o conhecimento adquirido foi válido e produziu frutos para suas vidas, reforçou suas raízes camponesas e contribuiu para fortalecer a agricultura familiar no interior do município e região. Diante dessa discussão, a ex-aluna Amanda, destaca a importância que a casa significou em sua vida, enfatizando que este modelo educacional não foi um aprendizado supérfluo e sem sentido, pois que:

... eu não queria ir para a cidade, pois quando terminei a 4ª série não tinha outra opção, então surgiu naquele momento o projeto da CFR, e vi ali uma oportunidade de ingressar e não ir para a cidade, depois que ingressei na casa isso me agregou outros valores, e me fez enxergar as coisas com outros olhos, inclusive ajudar meus pais no lote, praticando as técnicas de agropecuária que eu estava aprendendo na casa. Hoje penso em até ministrar palestras caso alguém queira uma contribuição sobre as minhas experiências na casa.

Assim, pode-se destacar, com base nas entrevistas realizadas que o modelo educacional baseado na pedagogia da alternância contribuiu de forma relevante na vida não somente desses alunos, como também para a comunidade camponesa local. Estas, por certo, serão experiências duradouras, embora este projeto esteja fragmentado e esquecido. O que existe dele no momento, além das experiências vivenciadas e das lembranças do passado recente é um prédio que está deteriorado e sem assistência, tanto por parte das parcerias, do município e da própria associação dos pais e alunos da casa, e, em função disso, os camponeses demonstram insatisfação e até mesmo revolta com a situação atual, provavelmente porque faltou como já foi citado, parcerias e recursos financeiros para que a CFR continuasse funcionando como havia funcionado por décadas desde a sua implantação.

A suspensão das atividades na CFR sinaliza para a necessidade de ser debatido publicamente a situação da maioria das escolas do campo, que, em grande medida, funcionam de forma precária, com infraestrutura inadequada. Se bem que hoje existe um debate rico em torno dessa questão, o fechamento de escolas do campo está crescendo rapidamente, e quem

perde nesta questão são exatamente os grupos que mais lutaram para serem incluídos no sistema de ensino, tais como camponeses, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, e, desta forma, tira-se a oportunidade dos filhos desses sujeitos do campo terem acesso ou permanecerem desfrutando de um direito que a lei assegura ser de todos, mas que na prática não contempla ainda a totalidade dos grupos sociais.

### **3. CONSIDERAÇÕES GERAIS.**

A educação do campo surge como resultado de lutas dos movimentos sociais do campo, se apresenta, portanto, na condição de respostas as demandas apresentadas. A simples implementação de escolas públicas para as comunidades camponesas resulta deste enfrentamento, na tentativa de superar o modelo ofertado para o campo ao longo de décadas, que pouco ou nada tinham de conteúdo que favorecessem a criação das condições de possibilidade para a superação das históricas condições de subordinação do campo em relação as cidades. Neste sentido, a CFR de Medicilândia se apresentou como uma oportunidade de inserção para os filhos dos agricultores, e criava a possibilidade para que estes conseguissem, a partir da instrução acumulada e das atividades práticas ali desenvolvidas, contribuir para melhorar a agricultura familiar utilizando novas técnicas e práticas agrícolas socialmente validadas.

Deve-se levar em consideração que CFR, por ser uma mescla entre escola pública e privada, já que é definida como privada comunitária, ao se destinar exclusivamente ao atendimento do campesinato regional, encontrou enormes dificuldades para garantir seu funcionamento, pois que, contando com um universo reduzido de parcerias, a mesma não conseguiu se reproduzir no longo prazo, como era a expectativa do campesinato local. E, de certa forma o cenário atual apresenta escassas possibilidade para sua recuperação e volta ao funcionamento pois, conta somente com um prédio em ruínas, que deixa os filhos de agricultores sem acesso a pedagogia da alternância, cujos pais e membros da comunidade local estão desmotivados em função do fechamento da mesma.

De acordo com informações colhidas em algumas entrevistas, houve alunos que estudaram na casa que até hoje não receberam certificados, alguns documentos relacionados a casa, em função da suspensão das atividades, se encontram no STTR local, e outras, conforme afirmação dos entrevistados, encontram-se extraviados. Isso, de certa forma, mostra parte do impacto que essa suspensão das atividades da casa causou na vida dessas famílias camponesas

locais, pois algumas afirmam continuar sem documentações que comprovem que seus filhos estudaram na casa. E, ao tentarem retornar ao sistema regular de ensino, a documentação escolar anterior torna-se necessária, gerando, desta forma, para estes, um desgaste por terem que enfrentar um processo burocrático intenso para a validação do percurso escolar já transcorrido, mesmo que estes não tenham dúvidas acerca do valor objetivo do conhecimento adquirido neste percurso anterior.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

BENTES, Glez Rodrigues Freitas, COLARES, Anselmo Alencar. A Casa Familiar Rural e a política de educação do campo: história de resistência do movimento social no oeste paraense. Revista HISTERDBR on-line, Campinas, n° 69. Set 2016, p267-285.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n° 9394/96. De 20 de Dezembro de 1996. 12ed. de outubro de 2014

CORDEIRO, Georgina N.K, REIS, Neila da Silva, HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. Editora Vetor Aprendiz. São Paulo. 2017.

FVPP. Sistematização e disseminação dos resultados das Casas Familiares Rurais na Transamazônica e Xingu e BR 163. Altamira, outubro de 2012.

JÚNIOR, Astrogildo F. da S., NETTO, Mário B. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando. Revista eletrônica de culturas e educação; caderno temático: cultura e educação do campo. Revista de educação pública: Cruz das Almas. n. 3 p. 4560, ano 2; nov. 2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação do campo, legislação e implicação na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas. Instituto de Ciências da Educação. Belém: UFPA, 2005.

MENESES, Alcione Sousa de. Quando mudar é condição para permanecer, a escola casa familiar rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica (Pará-Amazônia), Belém: UFPA, junho de 2010.

MORAES, Maria D. C. de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. Coleção Histórica Social do Campesinato no Brasil: Rio de Janeiro. Ano XVII, N° 17, junho/98, 1998.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy, Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais: Desenvolvimento Territorial com ênfase na Educação do Campo – Brasília, DF: Contag 2010. 210 p.; 21 cm (cadernos pedagógicos da Educação do Campo; v.1). Essência, saber escolar e mitos na educação: Uma leitura histórica e dialética na ótica da esperança. Capítulo III.

ROCHA, Eliene Novaes, GONÇALVES, José Wilson Souza. Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais: Desenvolvimento Territorial com ênfase na Educação do Campo. – Brasília, DF: Contag 2010. 210 p.; 21 cm (Cadernos Pedagógicos da Educação do Campo; v.1).

SILVA, Maria do Socorro, Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais: Desenvolvimento Territorial com ênfase na Educação do Campo – Brasília, DF: Contag 2010. 210 p.; 21 cm (Cadernos pedagógicos da Educação do Campo; v.1).